



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

21/01/2018

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. DIRETORIA.....	1
1.2. JUÍZES.....	2 - 5
1.3. SEC. JUDICIAL UNICA DIGITAL- SEJUD.....	6 - 7
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	8
2.2. JUÍZES.....	9

FOTOS: DIVULGAÇÃO



No Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino recebeu a visita dos desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o vice-presidente Lourival de Jesus Serejo, além do corregedor-geral da Justiça, Marcelo Carvalho Silva. Os desembargadores compõem a mesa diretora que comandará o órgão neste e no próximo ano e a reunião foi a primeira oficial após a posse realizada em dezembro de 2017

Operação TQQ

TJ vai apurar jornada de trabalho de juízes

A jornada TQQ, jargão jurídico atribuído aos juízes que cumprem suas funções apenas às terças, quartas e quintas-feiras, já vem sendo denunciada há bastante tempo, não só no Maranhão, como em todo o Brasil. De um lado, o Sindicato dos Advogados do Maranhão, que vem chamando atenção para a prática dos "juízes TQQ". Do outro, a Associação dos Magistrados, que diz ser injusta essa afirmação. E na ponta, o Tribunal de Justiça, que diz punir com desconto em folha o magistrado. VIDA

Para quem não sabe, TQQ é uma expressão dada a magistrados que só aparecem nos fóruns das comarcas, onde estão lotados, nos dias de terça, quarta e quintas-feiras. Tribunal de Justiça diz que vai punir a prática

PATRICIA CUNHA

De um lado, o Sindicato dos Advogados do Maranhão, que vem chamando atenção para a prática dos “juízes TQQ”. Do outro, a Associação dos Magistrados, que diz ser injusta essa afirmação. E na ponta, o Tribunal de Justiça, que diz punir com desconto em folha o magistrado, caso seja verificada a veracidade das denúncias.

O fato é que a jornada TQQ, jargão jurídico atribuído aos juízes que cumprem suas funções apenas às terças, quartas e quintas-feiras, ou terças e quartas, já vem sendo denunciada há bastante tempo, não só no Maranhão, como em todo o Brasil.

Ainda em 2013, o presidente do Sindicato dos Advogados do Maranhão (Sama), advogado Mozart Baldez, já se pronunciava a respeito. Segundo ele, incomodava o fato de preparar toda uma logística para resolver uma situação em uma comarca no interior e, chegando lá, não encontrar o juiz.

Em 2009, a OAB-MA (Ordem dos Advogados do Brasil, seção Maranhão) pediu, em relatório enviado à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, o afastamento de juízes e desembargadores do Maranhão, acusados de venda de sentença, trabalho em dias alternados e nepotismo.

A gestão era presidida pelo advogado José Caldas Gois e, segundo a divulgação à época, “a OAB-MA tem apresentado reclamações ao Conselho Nacional de Justiça desde 2007. A acusação é a de que juízes de comarcas no interior do estado trabalham apenas terças, quartas e quintas-feiras, ato conhecido como TQQ, e desembargadores foram beneficiados de diárias extras sem ter efetuado viagens”.

Em 2011, o então corregedor-geral de Justiça, desembargador Guerreiro Junior, chegou a estabelecer um prazo de 15 dias para que os juízes de Direito do interior encaminhassem comprovante de residência na comarca em que atuam.

Em 2013 e 2015, o advogado Mozart Baldez registrou em vídeos a falta de juízes no interior. Na época, ele já denunciava que isso fazia acumular o número de processos que precisavam ser despachados. Ele realizou duas caravanas, percorreu vários municípios maranhenses e verificou a situação de 19 comarcas que, segundo ele, se encontravam em total abandono pela ausência do magistrado, a exemplo de Vargem Grande, Itapecuru, Coroatá, Penalva, Arari, São Bento, Pinheiro, Maracaçumé, Viana, entre outras. Para o advogado, a situação contribui para o agravamento da morosidade da Justiça do estado.

“Percebi que os jurisdicionais reclamavam muito do tempo que durava um processo e que culpavam os advogados por essa demora dentro do Judiciário maranhense, e eu não conseguia entender por que os juízes do Maranhão demoravam tanto a resolver um processo. Então, nós sorteamos 19 comarcas, em 2013, e fomos de surpresa lá. Constatamos que nessas comarcas não tinha juízes, configurando a jornada TQQ e TQ. Imputamos a morosidade nos processos à falta de juízes nas comarcas e a essa liberdade dentro do Judiciário para que o juiz possa trabalhar no período que ele bem entender. O juiz tem que cumprir a jornada cheia, porque ele ganha jornada cheia”, constata o advogado. A jornada de segunda a sexta-feira é determinada pelo Conselho Nacional de Justiça. “Além disso, ele recebe auxílio-moradia. Como presidente do Sindicato, continuamos fazendo essas fiscalizações. Eu fui processado pela juíza de Coroatá, de Viana, porque mostrei e denunciei que o juiz não estava lá. Inúmeras vezes nós saímos daqui para a Baixada, tem todo um aparato, e cadê o juiz? O advogado chega na cidade e não tem a quem recorrer. Isso é uma falta de respeito com o profissional e com a população”, diz o presidente do sindicato.

Desconto em folha

Logo depois que assumiu o cargo, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo, declarou algumas das prioridades da sua gestão, a exemplo de proporcionar uma Justiça mais célere e próxima da sociedade, dar o princípio da transparência no Judiciário, oferecer concurso público para servidores, entre outras.

“Eu não criei essa expressão TQQ ou TQ (jornada terça e quarta-feira). Isso é algo que sempre me incomodou muito enquanto desembargador desta Casa. Então, a primeira coisa é saber se existe. E a maneira de

saber isso é procurar pelo juiz na sua comarca. Em chegando uma denúncia a mim, via ouvidoria, ou pelo nosso sistema, será apurada falta dele, onde ele vai dizer se estava afastado legalmente ou ilegalmente. Se estiver ilegalmente, eu não terei dúvidas que mandarei descontar do seu subsídio o dia não trabalhado. Porque a grande questão é saber se o juiz trabalha de segunda a sexta, ou somente às terças, quartas e quintas, ou às terças e quartas, quando nós temos que ter o período integral. E é por isso que eu falo no princípio da transparência”, aponta o presidente.

Para Mozart Baldez, a atenção dada a essa jornada terá influência significativa nos demais poderes. “Porque isso não acontece só com o juiz. É o médico, o promotor, o defensor, uma série de cargos importantes que deixam a lacuna no município. Ou seja, a população terá à sua disposição, de segunda a sexta-feira, delegado de polícia, juiz e promotor. Isto porque a jornada incompleta em moda até hoje abrange os três poderes e o juiz não fica sozinho na comarca. Portanto, o sindicato aplaude essa iniciativa e espera que isso seja combatido”, acredita o advogado.

“Termo é falácia”

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), juiz Angelo Santos, rebateu as críticas do Sindicato dos Advogados de que os juízes só trabalham de terça a quinta-feira.

De acordo com Angelo Santos, o próprio relatório do ano de 2017, expedido do Sistema Termojuris, da Corregedoria Geral de Justiça, atesta a alta produtividade da Magistratura de 1º grau maranhense.

O Termojuris da CGJ revela que, em 2017, os juízes mara-

nhenses prolataram um total de 331.330 sentenças; 305.443 decisões; 738.510 despachos; 265.686 audiências; e 897 júris. O que totaliza 1.641.866 (um milhão, seiscentos e quarenta e um mil e oitocentos e sessenta e seis) atos judiciais.

“Portanto, são totalmente infundadas as afirmações de que a Magistratura maranhense é ineficiente e não trabalha. A terminologia “Juiz TQQ” é uma falácia, criada com o objetivo de macular o trabalho dos juízes.

Prova disso, além da alta produtividade, também é o fato de ausência de punição para magistrado maranhense no âmbito da Corregedoria e do CNJ por não comparecimento ao seu local de trabalho”, esclareceu Angelo.

O presidente da Amma afirmou, ainda, que a cada dia a Magistratura tem prestado relevantes serviços à sociedade, enfrentando e equacionando dilemas nacionais, tais como corrupção endêmica e garantindo a lisura nas eleições.

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA/IMP.D.A PRESS



Imputamos a morosidade nos processos à falta de juízes nas comarcas e a essa liberdade dentro do Judiciário para que o juiz possa trabalhar no período que ele bem entender. O juiz tem que cumprir a jornada cheia, porque ele ganha jornada cheia

Mozart Baldez,
presidente do Sama

PONTO A PONTO – *Joaquim José Figueiredo*

Venda de liminares

Eu não vou dar guarida a denunciismo. Temos que fazer denúncia de forma fundamentada. Até porque, quando o Tribunal não aprecia, eles são avocados pelo egrégio Conselho Nacional de Justiça. Então, o nosso Tribunal está imbuído disso. Se houver denúncias de fato concretas, elas serão apuradas. E se houver realmente desvio de conduta, tanto o juiz de primeiro grau, quanto de segundo, serão punidos.

Concurso público

Não vamos fazer concurso para magistrado, porque temos um concurso vigente com saldo de 19 colegas que passaram e deverão ser nomeados até o final do ano, então, não há déficit de juízes. Mas até 2019 pretendo fazer concurso para servidor. Segundo levantamento, temos 229 vagas disponíveis. Hoje temos um quadro de 5.552 servidores.



Se estiver ilegalmente, eu não terei dúvidas que mandarei descontar do seu subsídio o dia não trabalhado. Porque a grande questão é saber se o juiz trabalha de segunda a sexta, ou somente às terças, quartas e quintas, ou às terças e quartas, quando nós temos que ter o período integral. E é por isso que eu falo no princípio da transparência

José Joaquim Figueiredo
presidente do TJMA

MAURÍCIO ALEXANDRE



Secretaria Digital realizou mais de 289 mil tarefas em 2017

A Secretaria Judicial Única Digital da Fazenda Pública (Sejud) do Termo Judiciário de São Luís realizou 289.627 tarefas em 2017, entre atos ordinatórios, expedição de intimações e documentos, certidões, e outros. Nos sete meses de funcionamento da Secretaria - que unificou a tramitação de processos eletrônicos das varas e juizado da Fazenda Pública da capital -, foram arquivados 2.536 processos e 5.961 cartas precatórias dessas unidades judiciais. A Sejud foi criada com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual das varas da Fazenda Pública, e funciona por meio de uma unidade dividida em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público.



A unidade garante a uniformização e agilidade no cumprimento das determinações judiciais, além de possibilitar outros benefícios como a eliminação de papel e geração de dados estatísticos e de produtividades da secretaria



REPRODUÇÃO

Cícero Dias de Sousa Filho, juiz e titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, sobre a utilização da Secretaria Digital

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globocom.com / www.joseluizalmeida.com



O MUNDO DOS HATERS

Parte relevante do que se lê e vê nos dias atuais, é, de certa forma, resultado do ódio que tem sido disseminado nas redes sociais, onde pontificam, com volúpia e sem controle, exércitos virtuais que espalham as mais despropositadas mentiras, como se vivêssemos em estado de anomia. Essas mentiras são gestadas em mentes férteis e malsãs, com o propósito de destruir a credibilidade das pessoas, sobretudo em face do Estado paralelo, que resulta da divisão do país entre “nós” e “eles”, “coxinhas” e “mortadelas”. E nesse afã, levam na enxurrada de inverdades a honra das pessoas contra as quais destilam o seu ódio, em nome de uma liberdade de informação/ expressão que parece(?) não ter limites.

É lamentável constatar, mas todos nós sabemos que milhões de reais são despejados em alguns blogs que existem exatamente com esse objetivo, qual seja, o de disseminar notícias odientas e falsas na maioria das vezes, as quais dão alento e sustentação a essa lamentável divisão entre os cidadãos brasileiros, muitos dos quais, sem capacidade de discernimento e dominados pela paixão, não percebem que estão sendo usados como massa de manobra para servir a um projeto de poder dos que só pensam em seus próprios interesses, uma vez que elegeram o seu umbigo como centro do universo. Constatado, preocupado, as pessoas – sobretudo as pessoas públicas, mas não só elas –, serem linchadas nas redes sociais, de maneira inclemente e covarde, ainda que continuem gozando de alguma credibilidade junto aos que não perderam a capacidade de discernimento.

O que tenho testemunhado nesse panorama é que muitas pessoas, que na minha modesta avaliação aparentavam ter alguma capacidade de discernimento, replicam as notícias odientas, *fake news* na aparência e no conteúdo, sem nenhum constrangimento, para satisfazer as suas idiossincrasias, embora saibam – ou deveriam saber – que o fazem em detrimento da honra daqueles que elegeram, às vezes gratuitamente, como inimigos.

A verdade é que, nas mídias sociais, o ódio se espalha como um vírus, dando a entender que as pessoas, mesmo as não inteiramente contaminadas, se regozijam com as notícias falsas e odientas que são veiculadas – e que replicam, ficando a sensação de que o homem perdeu a

sensibilidade e o sentimento de solidariedade e de respeito que deveriam presidir as nossas ações.

Além desse estado permanente de ódio, vivemos, num ambiente de sectarismo danoso, que se espalha como um rastilho de pólvora, incendiando as mentes e os corações, se consolidando como uma rocha, levando os incautos a acreditarem no que leem, para, nessa crença – por maldade, esperteza ou covardia – replicarem tais mentiras, na ânsia incontida de desacreditar, de vilipendiar, de destruir a imagem daqueles que elegeram como inimigos. Nos dias atuais, somos todos reféns dessa situação, motivo pelo qual nunca sabemos, como homens públicos, ou mesmo como cidadãos comuns, se amanhã ou depois seremos vítimas de uma vendeta, traduzida numa notícia falsa e maliciosa, a fazer ruir a nossa história, a nossa credibilidade.

Conforme se pode observar, os líderes sectários tiram proveito desse ambiente, pois é nele que fazem vicejar as suas paixões. E nesse afã, agem sem limites, impulsionados pelo rancor e pelo ódio que lhes endurece o coração, tornando-os seres insensíveis e perversos. A verdade, como anotei acima, é que há um exército de radicais habitando as redes. Mas não só nas redes. Eles, quando saem às ruas, quando vão a uma manifestação, levam consigo esse mesmo ódio, razão pela qual veem como inimigo cada um que ouse pensar diferente do que eles pensam.

Olho para frente, sem esquecer o que já vivenciei no passado, e não visualizo sinais de que esse quadro possa mudar, sobretudo ante a pugna eleitoral que se avizinha, a qual, tenho certeza, estimulará ainda mais o ódio que os sectários já depositaram em seus corações e mentes. Eu sempre ouvi dizer que dias melhores estariam por vir. Vivi sempre dessa expectativa. É triste constatar, nada obstante, que a minha visão do horizonte não me autoriza a acreditar em dias melhores, pois, cada dia mais, constato o isolamento, o individualismo e o sectarismo do homem que, segundo parece, descrê da solidariedade, do amor e da temperança que deveriam presidir as suas ações, as quais, infelizmente, se voltam prioritariamente para a defesa dos seus próprios interesses.

É isso.

Desembargador federal Ney Bello questiona posicionamentos de membros da magistratura brasileira

Ney Bello, magistrado maranhense, atualmente investido no cargo de desembargador no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, questiona a postura de membros da

magistratura brasileira em face de episódios recentes da realidade sócio-econômica do país. Ele analisa a conhecida expressão “Ainda há juízes em Berlim” – que quer dizer que ainda

há quem zeze pela lei, independentemente da condição do indivíduo. E conclui: “Precisamos voltar para Berlim!” Leia o ponto de vista de Ney Bello, neste artigo:

Ney Bello

Desembargador federal, professor na UNB, pós-doutor em direito e membro da AML



... E os juízes foram embora de Berlim

Berlim existe em muitos imaginários judiciais. Em primeiro lugar porque lá estava o direito positivo, seguro, escrito e válido universalmente. Em segundo lugar porque os juízes que lá viviam não se submetiam a nenhuma expressão de poder. Eles eram uma força autônoma e distinta dos outros dois poderes. O juiz não estava em Paris – terra dos legisladores – e não se via em Roma – a cidade tornada império. A referência da magistratura era Berlim: havia juízes lá! No despedaçado Brasil do nosso tempo, os juízes abandonaram a alegoria do direito seguro e da independência necessária para decidir. Frederico, o Grande, vem ganhando a guerra! Não são todos os juízes que podem ser apontados por qualquer trabalhador – não necessariamente um moleiro – e entronizados como salvaguardas de direitos através da expressão “há juízes em Berlim.” Não estão mais lá! O êxodo pode ser geracional, e a mudança de paradigmas talvez tenha contribuído para a abdução de tantos julgadores por Batman e Superman. O entupir-se de teorias e escritos concurreseiros para tornar-se magistrado possivelmente tenha tirado muito da compreensão humanista de sociedade e da epidérmica vivência do Nelson Rodrigues, necessária para decidir no mundo. Desconheceu-se “a vida como ela é” e embarcou-se na atuação tal e qual a Marvel nos ensinou.

O ativismo antidemocrático nos invadiu de tal maneira que se inventaram decisões e modas, e o Judiciário se arvorou não mais que repentinamente em legislador onipotente, criando normas que não existiam e fazendo opções que o legislador não fez. E institucionalmente fomos além. Afastamos as regras seguras e imperativas do direito objetivo – uma conquista da modernidade – e entronizamos o julgamento moral, o fundamento ético e a decisão pelo justo. Esquecemos, propositadamente, que não há fixidez na moral, certeza na ética ou ideia unívoca de justiça. Não são regras escritas e nem seguras.

Que moral? Que ética? Moral de que grupo? Ética para que extrato social? Justiça para quem? Todos estes conceitos estão na cabeça do iluminado juiz, que pode ser um obscuro medíocre.

Os juízes abandonaram Berlim quando substituíram o direito pela sua moral particular e viram-se como profetas de um novo amanhecer. Alguns substituindo os códigos por uma Bíblia ou outro texto sagrado, o que é mais assustador ainda. E, por esse último motivo, muitos pensaram estar vivendo uma revolução francesa, mas Torquemada lhes aguardava com as vestes talares da santa inquisição, onde os fins justificam os meios e a maldade é cometida pelos bons propósitos.

Mas Berlim também significava independência! Mesmo contrariando Frederico, o direito seria aplicado. Fora da Berlim imaginária, ninguém contraria o

senso comum, a mídia relevante e as redes sociais no nosso país, nesse nosso tempo. Acabou-se a independência. O aplauso que se espera, os desejados likes que se almejam e o comentário positivo que se aguarda oprimem mais que Frederico, que afinal desejava uma vista melhor do seu castelo. Premidos pelo desejo de glória – por minutos de fama, likes e comentários – os juízes vêm abandonando a sua própria racionalidade, deixando sua vocação institucional de lado e tomando de assalto o espaço da política, que é verdadeiramente democrático, e construindo uma nova modalidade de estado antidemocrático: aquele que emana da sua própria toga! Precisamos recuperar Berlim! Há tantos juízes que não se sentem confortáveis com esse perfil hiperbólico de magistrado que surgiu de braços dados com a mídia; há tantos juízes assustados com esse avanço da toga sobre a democracia... E há tantos de nós que acreditam num país mais justo, sem corrupção, sem punitivismo, sem leniência, sem heróis e sem autoritarismo ... há tantos de nós que desejam viver onde leis sejam respeitadas e os poderes sejam divididos sem gigantismos narcisistas.... somos tantos, embora silenciosos, que é o caso de repensarmos nossa própria omissão neste contexto histórico.

É preciso discutir livremente ainda que haja ferrenho patrulhamento ideológico, pois “palavra quando acesa, não queima em vão. Deixa uma beleza posta em seu carvão”. Precisamos voltar para Berlim!